

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**DINF- DIVISÃO DE INFORMÁTICA**

---

Procedimento	08206.000734/2015-89
Interessado	CPL/SAD/CGTI/DLOG/PF
Assunto	Pregão 10/2016 CGTI – Recurso apresentado para item I do pregão 10-2016 CGTI/DPF
Origem	SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.263.975/0001-09

---

**RELATÓRIO TÉCNICO 020/2016 – DINF/CGTI/DLOG/PF**

1. Em resposta ao recurso formulado pela empresa **SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.263.975/0001-09 – (RECORRENTE)** contra a habilitação da empresa **POSITIVO INFORMÁTICA LTDA – (RECORRIDA)**, no Item I do pregão 10/2016-CGTI/DLOG/PF.
2. A empresa RECORRENTE alega que a RECORRIDA descumpriu as exigências contidas nos itens **4.1.16.6, 4.1.16.20 e 4.1.19** do Termo de Referência, ao deixar de apresentar equipamentos com as dimensões e as certificações exigidas.
3. Para o Item **4.1.16.6** a RECORRENTE assim descreve sua contestação

*“ O Item 4.1.16.6 do Termo de Referência exige monitor com altura mínima menor ou igual a 10 cm e o monitor apresentado na proposta da Recorrida contém altura de 11 cm. Além disso, profundidade máxima do monitor deve ser igual a 10 cm, enquanto a profundidade do monitor apresentado pela Recorrida apresenta 16,6 cm. Diante disso, fica claro que os monitores constantes da proposta da Recorrida não atendem às especificações do Termo de Referência e divergem do objeto licitado.”*

**3.1 O ITEM 4.1.16.6 do Termo de Referência contém a seguinte redação.**

*“4.1.16.6. As medidas de dimensão dos monitores, sem o suporte **(base de apoio em mesa)**, devem ser de no máximo - Altura (A) máxima de 50cm. Largura(L) máxima de 65cm. Profundidade(P) máxima de 10cm.”*

**3.2** Em diligência realizada junto a RECORRIDA, constatamos, na amostra apresentada, que as dimensões do monitor ofertado pela RECORRIDA atente, tecnicamente e integralmente o ITEM 4.1.16.6 do Termo de Referência. As figuras 01 e 02 demonstram as medidas realizadas em diligência.



**FIGURA 01 – PROFUNDIDADE MENOR QUE 10cm**



**FIGURA 02 – ALTURA MÍNIMA MENOR OU IGUAL A 10cm**

**3.3** Não deve prosperar a alegação da RECORRENTE por não agregar de fundamento técnico suficiente para se sustentar.

**4.** Para o Item **4.1.19** a RECORRENTE assim descreve sua contestação:

*“Em relação ao Item 4.1.19, a declaração de compatibilidade do monitor constante na proposta apresentada pela Recorrida em relação ao sistema Linux é documento apócrifo, na medida em que não possui assinatura, e no sítio eletrônico da Mandriva Linux - maior distribuição do sistema Linux - não é possível encontrar nenhuma informação ou driver para equipamentos da Recorrida.”*

**4.1** Transcrevo aqui os Subitens do item 4.1.19 do TERMO DE REFERÊNCIA:

**“4.1.19.1.** O equipamento deverá ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro. Para tanto a licitante deverá entregar, junto a proposta, certificação da Microsoft atestando e comprovando esta compatibilidade.

**4.1.19.2** O equipamento proposto deverá ser compatível com, pelo menos, 1 (uma) distribuição de Linux. Para tanto a licitante deverá entregar, junto a proposta, certificação da desenvolvedora da distribuição Linux compatível atestando e comprovando esta compatibilidade.

**4.1.19.3.** A licitante que não apresentar, junto a proposta, as certificações aqui solicitadas, apresentar certificações falsas ou certificações que na prática não resultem em compatibilidade do hardware fornecido (falta e falha de drivers compatíveis), será desclassificada do certame.

**4.1.19.4.** Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 10 Pro e Linux, na distribuição especificada”

4.2 A RECORRIDA apresentou em sua proposta uma certificação atestando compatibilidade do equipamento ofertado com a Distribuição Linux Mandriva. No link [http://hcl.openmandriva.org/espec\\_conf.php?conf=181455](http://hcl.openmandriva.org/espec_conf.php?conf=181455) pode se verificar a certificação. Em diligência, o monitor ofertado pela RECORRIDA se mostrou compatível com a Distribuição Linux Mandriva, não apresentando, na prática, incompatibilidade técnica. A não apresentação de assinatura na certificação, alegada pela RECORRENTE, não invalida o certificado e tão pouco tira o efeito prático e técnico foco da certificação exigida.

5. Para o Item 4.1.16.20 a RECORRENTE assim descreve sua contestação:

*“Ainda no que diz respeito à compatibilidade dos equipamentos, a Recorrida ora apresenta certificações em seu nome, ora em nome de empresa diversa, qual seja, LG Informática. Tal inconsistência fica evidente quando a Recorrida apresenta Certificado Energy Star 6 – exigida pelo Item 4.1.16.20 do Termo de Referência - em nome da LG Informática e ROHS em seu nome, o que demonstra que **os equipamentos contidos na proposta da Recorrida não possuem as certificações exigidas** e que a Recorrida não é capaz de atestar sua compatibilidade com o objeto licitado.”*  
Grifos nossos

5.1 O subitem 4.1.16.20 é uma especificação técnica relacionada ao ITEM 4.1.16 **MONITORES**. **Energy Star** é um padrão internacional para o consumo eficiente de energia. Em função das Políticas Públicas Nacionais relacionadas a TI-Verde e ao consumo eficiente de energia é exigido a Certificação ENERGY STAR 6 ou superior para os monitores. Quem consome energia elétrica são os monitores, estes, neste diapasão, devem possuir a certificação Energy Star 6 ou superior. A RECORRENTE, em sua alegação, ignora o principal foco de se exigir tal certificação e promove um imbróglio descabido ao ponto de dizer que os monitores ofertados pela RECORRIDA não possuem certificação ENERGY STAR. **É permitido o fornecimento de monitores em regime O&M conforme item 4.1.16.3.** “Os monitores ofertados devem ser do mesmo fabricante do computador desktop SFF ofertado ou sobre o regime O&M.” In casu, a recorrida oferece, em sua proposta, monitores em regime O&M com o fabricante mundial de monitores LG. Alegar que os monitores

apresentados na proposta não possuem a certificação Energy STAR 6 ou superior é uma falácia que não merece render frutos.

6. O último ponto questionado pela RECORRENTE é descrito assim:

*“ Por fim, a Placa de Rede Intel i126LM apresentada pela Recorrida não está homologada na certificação Linux. Consta como homologada apenas a Placa de Rede Realtek Rt8111/8168/8411. Portanto, fica claro que a proposta não atendeu tecnicamente as especificações exigidas no Edital.”*

6.2 A RECORRIDA oferta, em sua proposta, a placa de rede Intel vPRO i219LM 10/100/1000Mbps. Esta placa de rede é “on-board” e faz parte dos vários chips que são “soldados” na placa-mãe. A placa de rede ofertada é um componente “on-board” e compõe a placa-mãe do produto ofertado. A placa-mãe ofertada é certificada pela distribuição Linux proposta requerida. No link [http://hcl.openmandriva.org/espec\\_conf.php?conf=181455](http://hcl.openmandriva.org/espec_conf.php?conf=181455) pode se verificar a certificação. Não merece prosperar a alegação da RECORRENTE uma vez que a placa-mãe composta por seus vários componentes “on-board’s” é certificada pela distribuição Linux proposta pela RECORRIDA e a RECORRENTE apontou um modelo de placa não proposto pela RECORRIDA – **Intel i126LM** – invalidando, com maior ênfase, o questionamento apresentado.

7. A alegação recursal da RECORRENTE está fundada em elementos técnicos que podem ser facilmente verificados via consultas técnicas e diligências.
8. Tanto a documentação apresenta pela RECORRIDA como os testes e constatações elencadas nas diligências colaboram para o indeferimento do pleito da RECORRENTE.

9. Ante ao aqui exposto e com a certeza técnica que os itens alegados pela **RECORRENTE** não invalidam a proposta da RECORRIDA, **opinamos**, pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa **SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.263.975/0001-09**

Brasília/DF, 23 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

**Ivan Cleber Tavares de Oliveira**

Agente de Telecomunicações e Eletricidade  
DINF/CGTI/DLOG/PF  
Matrícula 13.305

**Ciente.**  
**De Acordo.**

**DELLUIZ SIMÕES DE BRITO**

Perito Criminal Federal - Classe Especial  
Matrícula nº 8.359  
Chefe da DINF/CGTI/DPF